

representa.coop



INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 16 – ano 2025
14 a 17 de abril de 2025



Sumário

- **Comissão Mista de Orçamento;**
- **Prazos da LDO;**
- **Governo do estado conclui consulta popular ao orçamento;**

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO - CMO

A Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional composta por membros da Câmara e do Senado, definiu nesta semana o presidente da comissão e o relator da proposta de orçamento. O presidente da Comissão será o senador Efraim Filho (União-PB) e o relator do Orçamento de 2026 será o deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL). O colegiado da CMO é responsável por analisar e aprovar a proposta de orçamento do governo, em todas as sua etapas de tramitação.

Postos-chave da CMO:

Presidente



Senador Efraim Filho (UB-PB)

Efraim de Araújo Morais Filho é um advogado e político. 1º Mandado como Senador; 4 mandatos como deputado federal. Nas eleições de 2006 foi eleito deputado federal onde permaneceu no cargo até 1º de fevereiro de 2023.

Relator



Deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL)

Isnaldo Bulhões Barros Junior é um advogado e político. 2º mandato como Deputado Federal. Nas eleições de 2018 e 2022, foi eleito deputado federal por Alagoas.

Parlamentares do do Paraná na Comissão Mista de Orçamento:



Aiel Machado (PV)



Felipe Francischini (UB)



Tião Medeiros (PP)

O QUE É A COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO?

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) é um órgão do Congresso Nacional formado por deputados e senadores, responsável por analisar e emitir pareceres sobre as principais peças orçamentárias do governo federal: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Criada para **garantir o equilíbrio fiscal e a transparência na aplicação dos recursos públicos**, a CMO desempenha um papel fundamental na definição das prioridades de investimento do país. Além disso, é a comissão que **acompanha a execução orçamentária e fiscal do governo ao longo do ano**, contribuindo para o controle e **fiscalização dos gastos públicos**.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) exerce um **papel estratégico nas relações entre o Executivo e o Legislativo**, funcionando como um espaço central de **negociação política e articulação institucional**. Por meio da análise das propostas orçamentárias, a CMO permite que **o Congresso influencie diretamente** na alocação de recursos públicos, refletindo as demandas regionais e setoriais dos parlamentares. É nesse momento que acontece **a indicação das chamadas emendas parlamentares**, nas subcomissões temáticas do orçamento e nas reuniões de bancadas estaduais.

Ao mesmo tempo, a **CMO é essencial para viabilizar as prioridades do Executivo**, promovendo o diálogo entre os Poderes e **garantindo a governabilidade**. Dessa forma, a comissão se consolida como uma das principais arenas de equilíbrio e cooperação no processo decisório orçamentário brasileiro.

Comissão Mista de Orçamento:



Fonte: Agência da Câmara dos Deputados.

SEMANA DE PRAZO PARA A ENTREGA DA LDO

De acordo com o Regimento do Congresso Nacional, esta semana encerrou-se o prazo para a entrega da Lei de Diretrizes Orçamentárias por parte do governo. A proposta da LDO, realizada em conformidade com o Plano Plurianual, é encaminhada anualmente ao Congresso até 15 de abril e sua função é fixar as prioridades do governo federal, além de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Na prática, a LDO **estabelece as regras para a elaboração e a execução do Orçamento do ano seguinte**. No projeto encaminhado ao Congresso (PLN 2/25), o governo manteve a meta fiscal indicada na última LDO, que é de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, ou R\$ 34,3 bilhões. Para 2024 e 2025, a meta foi déficit zero, mas há uma margem de erro, também de 0,25%, para cima ou para baixo.

Nesta LDO, o governo também sinalizou um superávit de 0,5% do PIB para 2027, de 1% do PIB para 2028 e de 1,25% do PIB para 2029. Com isso, a trajetória da dívida pública passaria de 78,5% do PIB em 2025 para 84,2% do PIB em 2028. Só a partir de 2028 é que ela entraria em queda em relação ao PIB.

Essas **projeções evidenciam o compromisso dos governos com o equilíbrio fiscal de médio e longo prazos**, ao mesmo tempo em que sinalizam uma expectativa de recuperação gradual da capacidade de investimento público. O **cumprimento dessas metas dependerá da evolução do cenário macroeconômico** e da capacidade de execução das medidas previstas nas diretrizes orçamentárias.

Parâmetros macroeconômicos da LDO 2026

Parâmetros	2025	2026	2027	2028	2029
PIB real (%)	2,31	2,5	2,59	2,56	2,59
PIB em reais (R\$ trilhões)	12,70	13,70	14,70	15,70	16,70
IPCA (%)	4,9	3,5	3,1	3	3
Taxa Selic (%)	14,02	12,56	10,09	8,27	7,27
Câmbio (R\$/US\$)	5,9	5,97	5,91	5,9	5,9
Salário Mínimo (R\$)	1.518	1.630	1.724	1.823	1.925
Massa salarial (%)	10,37	7,54	7,03	6,43	6,08
Despesas obrigatórias 2026 (R\$ trilhões)	2,10	2,40	2,50	2,70	2,80
Despesas discricionárias 2026 (R\$ bilhões)	221,2	208,3	122,2	59,5	8,9

Fonte: PLN 2/25

GOVERNO ESTADUAL APRESENTA RESULTADOS DE CONSULTA PÚBLICA DO ORÇAMENTO

Segurança, inovação e educação foram escolhidas como prioridades pelos paranaenses para orientar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026. A definição foi feita a partir de uma **consulta pública inédita promovida pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa)**, cujos resultados foram apresentados na secretaria nesta semana. A participação de 2.242 cidadãos no formulário online mostrou o interesse da população em influenciar diretamente os rumos do orçamento estadual para o próximo exercício fiscal.

O PLDO é o instrumento que define as metas e prioridades do Poder Executivo, servindo de **base para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)**. Nesta consulta, os participantes puderam escolher entre áreas e programas agrupados em cinco eixos estratégicos: Eficiência Administrativa; Infraestrutura e Mobilidade; Desenvolvimento Econômico Sustentável; Inclusão Social, Direitos Humanos e Cidadania; e Direitos Básicos e Bem-Estar. A **linha Paraná Protegido, que abrange as ações de segurança pública**, foi a **mais votada**, com mais de 1,6 mil menções. Em seguida, apareceram Paraná Mais Inovação (1.151 votos) e Educação: Transforma Paraná (1.133 votos), refletindo o desejo da população por avanços nessas áreas.

O secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, comemorou o engajamento popular, destacando que essa foi a primeira vez que o Paraná realizou uma consulta pública para embasar o PLDO.

A formulação do **orçamento de 2026 ainda tem um caminho a percorrer**. O PLDO foi encaminhado para a Assembleia Legislativa no último dia 15 de abril. O **Legislativo deve votar o documento e devolvê-lo** ao Executivo até o início do segundo semestre para que a LOA 2026 possa ser, então, elaborada.

Apresentações dos resultados da consulta na SEFA:





Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link <https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua sugestão e/ou opinião.

